



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

INTERPELAÇÃO ESCRITA

Apelo ao Governo para a optimização dos diversos acessos e equipamentos sem barreiras, a fim de satisfazer as necessidades básicas de deslocação dos portadores de deficiência

Para promover activamente a “integração entre pessoas com e sem deficiência”, o Governo da RAEM tem-se empenhado, nos últimos anos, na criação de um ambiente de deslocação sem barreiras, tendo lançado as “Normas arquitectónicas para a concepção de *design* universal e livre de barreiras na RAEM”, para que o respectivo planeamento se adequasse melhor às normas internacionais e às necessidades locais. Quer em habitações públicas novas ou existentes, quer em vias públicas ou passagens superiores para peões, foram instalados equipamentos sem barreiras nas entradas e saídas, tais como rampas, escadas rolantes ou elevadores, a fim de satisfazer as necessidades dos diversos tipos de pessoas e facilitar a deslocação do público. O Edifício da Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego, por exemplo, dispõe de rampas especiais para acesso dos utilizadores de cadeira de rodas, a fim de criar um melhor ambiente de acessibilidade.

No entanto, essas instalações sem barreiras arquitectónicas ainda não estão generalizadas. Em 2016, o Governo da RAEM começou a planear a optimização das



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

instalações sem barreiras arquitectónicas, mas, como algumas vias públicas não reúnem as condições necessárias para a sua instalação, o ambiente de circulação sem barreiras arquitectónicas de Macau ainda não foi melhorado. Segundo algumas opiniões, em muitos estabelecimentos comerciais e restaurantes faltam rampas para os que se deslocam de rodas entrarem para refeições e, nalgumas grandes cadeias de “fast food”, apenas se disponibilizam escadas normais para acesso. Segundo alguns deficientes, na Estação Postal em Mong-Há, não existem vias exclusivas disponíveis para deficientes, o que os leva a sentirem-se desrespeitados e negligenciados. Muitos utilizadores de cadeira de rodas que não têm pernas boas não conseguem passar e, muitas vezes, precisam do apoio de outras pessoas para lá chegar, o que é uma situação muito desagradável. Isto não só traz um certo grau de inconveniência para os utilizadores de cadeira de rodas, como também lhes cria “obstáculos adicionais de mobilidade”, o que demonstra ao público a falta de humanização dos serviços públicos. Segundo os dados do Instituto de Acção Social (IAS), até Setembro do ano passado, o número total de pedidos de emissão do “Cartão de Registo de Avaliação da Deficiência” era de 29 460, dos quais 5563 eram portadores de deficiência motora e 1152, de deficiência múltipla. Isto demonstra que as necessidades de deslocação sem barreiras estão a aumentar, por isso, o Governo deve dar importância à promoção de um ambiente social de igualdade e inclusão.

Actualmente, existem muitas entidades públicas, hotéis e grandes empresas, tais como bancos, que disponibilizam vias exclusivas e amigáveis para os deficientes, facilitando a sua entrada e saída. Por que razão a Estação Postal em Mong-Há,



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

enquanto serviço público, não tomou a iniciativa de criar vias exclusivas para pessoas com problemas de mobilidade motora? O Governo da RAEM tem um papel de liderança, por isso, deve permitir que as instalações públicas incluam considerações de concepção humanizada, e prestar atenção contínua à situação de utilização das diversas instalações, com vista a resolver o problema de acessibilidade dos deficientes. Para além disso, o Governo deve ainda incentivar as empresas e as lojas a instalarem equipamentos básicos de acessibilidade sem barreiras, com vista a aumentar a segurança das pessoas em situação vulnerável nas suas deslocações, a ajudá-las a circular sem barreiras nos bairros comunitários, e a ter uma vida digna e independente.

Nestes termos, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. A Estação Postal em Mong-Há, enquanto serviço público, não dispõe de instalações livres de barreiras arquitectónicas, assim sendo, quando é que os serviços competentes vão proceder à respectiva instalação de acordo com as características daquele local, com vista a otimizar o respectivo *design* para as deslocações dos deficientes e satisfazer as necessidades dos utilizadores de cadeira de rodas quanto ao seu direito de circulação?

2. Tendo em conta que a superfície irregular das vias públicas dificulta a circulação dos utilizadores de cadeira de rodas, de que planos dispõe o Governo para resolver esse problema? Para além da realização de seminários e acções de



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

divulgação, de que medidas dispõe o Governo para impulsionar os diversos sectores sociais e empresariais a criarem acessos sem barreiras? No futuro, vai investir mais recursos para otimizar os acessos sem barreiras e as respectivas instalações complementares?

3. Antes da construção ou remodelação das entradas e saídas dos serviços públicos, o Governo deve proceder a uma consulta pública sobre a concepção de equipamentos sem barreiras, com vista a recolher as opiniões dos utilizadores de cadeira de rodas e dos seus cuidadores. Assim, tendo em conta o princípio de “ter por base os utentes”, o *design* desses equipamentos sem barreiras vai ser mais razoável e corresponder mais às necessidades e hábitos dos utilizadores de cadeira de rodas?

12 de Janeiro de 2024

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,

Che Sai Wang